

COTAS

Ed Alves/CB/D.A Press

Erro reconhecido.

Admitida como parda na universidade e barrada pela banca do Concurso Público do Itamaraty, Flávia Medeiros foi exonerada, recorreu e, por acordo, foi reconduzida ao cargo

» JOÃO PEDRO DE LARA RESENDE*

Na manhã de terça-feira, 23 de junho, ao passar pela catraca do Itamaraty, Flávia Henriques Goes de Medeiros foi reconhecida. Os seguranças a saudaram e disseram que a sua história os havia inspirado. Na divisão, os colegas a receberam de braços abertos — e com flores. “Não poderia ter imaginado uma forma melhor de retornar”, diz a oficial de chancelaria, de 29 anos.

Era a segunda posse no mesmo cargo em menos de três meses. A cerimônia repetiu a primeira: ela e um servidor, em uma sala simples, diante do livro de assinaturas. Mudou só o peso do crachá que durante 24 dias ficou guardado no armário, à espera. “Voltei a usar o mesmo crachá. Mas agora ele tem um significado diferente.” Mesmo exonerada, nunca o devolveu. “Eu tinha muita esperança de que voltaria”, confessa.

Ao cruzar a porta, sentiu alívio, sem a sombra da exoneração. E convicção. “Tenho certeza de que esse é o meu lugar.” Foi o fim de uma novela que começou numa banca de três minutos.

De onde veio o sonho

Nascida em Belo Horizonte, Flávia cresceu em Unai, no

noroeste de Minas, a duas horas de Brasília — onde, anos depois, realizaria e quase perderia o sonho. Caçula de três irmãos, teve infância de rua e quintal, num lar pequeno e amoroso. Os pais se separaram quando ela tinha 5 anos, mas seguiram amigos até a morte do pai, Eduardo Henriques de Medeiros, professor de biologia e militante na redemocratização. Dele, acredita ter herdado o lado político que a levaria às relações internacionais. A mãe, Nádia Cristina Goes de Medeiros, é educadora infantil voltada para a inclusão.

O mundo lá fora entrou pela música. “Comecei a aprender inglês em casa, aos 12 anos, ouvindo música no YouTube. Foi meu primeiro contato com assuntos internacionais.” Aos 15, a mãe, com dois empregos, juntou dinheiro e lhe deu um curso de idiomas. Aos 17, Flávia escolheu relações internacionais e descobriu a diplomacia. “Eu sempre soube que era o concurso mais difícil do Brasil. Foi isso que me motivou: se as pessoas conseguem, eu também consigo.”

Formou-se em relações internacionais no Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), em 2018, e, em 2021, ingressou por cotas na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), reconhecida como parda. Entendia-se assim

Aprovada no Concurso de Oficial de Chancelaria do Itamaraty que virou caso nacional

desde criança. A família é miscigenada — avó paterna afro-indígena, avô materno negro — e o tema racial chegava em casa nas piadas sobre o cabelo, nos olhares dentro de uma loja. Na adolescência, alisava o cabelo toda semana. “A gente não tinha representações positivas de cabelo afro e de feições em que a gente se reconhecesse bonita”, diz.

Cinco anos por um lugar

A carreira consumiu os últimos cinco anos de Flávia, e ela é precisa quanto ao preço. “Trabalhava 40 horas semanais com carteira assinada porque precisava financiar meus estudos, e não tinha ninguém para pagar por eles.” Acordava antes do expediente, estudava à noite

e nos fins de semana. Abriu mão da família, de amizades, de um relacionamento, de planos de casa ou carro. A mãe foi a base. “Tudo o que eu não conseguia fazer, com o meu tempo escasso, minha mãe fazia por mim.”

No Espírito Santo, onde morou por quatro anos, ajudou a desenvolver a política de ação afirmativa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). Construiu cotas. Anos depois, seria barrada por uma.

A sala

Flávia se reconhece como parda a vida inteira. Uma banca levou poucos minutos para dizer que não.

Convocada à heteroidentificação, em 2024, passara por outras. O procedimento existe para coibir

fraudes: uma comissão confirma ou não a autodeclaração de quem disputa as vagas de pretos e pardos. Avalia só a aparência — não pesam documentos, ancestralidade nem histórico.

“Ao entrar pela porta, você já via as cinco pessoas sentadas”, descreve. Atrás da cadeira, havia um quadro com uma folha de papel pardo — “Pelo visto, era referência a uma tonalidade específica que eles estavam buscando”. A banca tratou pretos e pardos de modo distinto: aos primeiros, perguntava só o número; às pessoas pardas, fazia mais de uma. Quiseram saber onde ela morava e com qual integrante da banca se identificava fisicamente. Tudo durou menos de três minutos. “Senti-me sob uma avaliação mais minuciosa do que outros candidatos.”

